

POLÍTICA E UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Gustavo Luis Gutierrez

Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer da Faculdade de Educação Física da Unicamp e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unesp de Marília

Afrânio Mendes Catani

Professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da USP



Limites e possibilidades da participação dos docentes nos movimentos de trabalhadores

Este trabalho tem como objetivo realizar uma reflexão inicial a respeito de alguns aspectos que possam auxiliar na avaliação de possíveis alianças entre os setores mais atuantes dos trabalhadores e dos professores das universidades públicas brasileiras na atual realidade econômica, denominada globalização. Para tanto, apresenta análises acerca da questão do trabalho, da universidade pública e dos momentos político e econômico presentes e, também, levanta questões no sentido de pensar a aproximação e a atuação conjunta entre setores que compartilham visões ideológicas igualmente críticas e transformadoras.

Os trabalhadores e o trabalho

Uma rápida observação do cenário contemporâneo nos mostra que o trabalhador tradicional, como se constituiu na Revolução Industrial, ou no taylorismo-fordismo, é cada vez menos comum. O porquê do processo, assim como sua evolução futura, são questões que transcendem a uma simples análise empírica. Para efeito deste texto procuraremos destacar três dimensões essenciais articuladas e complexas, quais sejam: econômica (tecnológica), social (sociológica) e subjetiva (ideológica).

Existe uma base tecnológica, ou um tipo de tecnologia apropriada, que expulsa sistematicamente trabalho vivo do interior do processo de

produção de mercadorias e serviços. Este é um debate antigo, cujas conseqüências, no campo da indústria, já tinham sido identificadas na década de 60. A novidade, se tanto, está em que naquela época acreditava-se que o setor de serviços absorveria o excedente de trabalhadores expulsos. Entretanto, isso acabou não ocorrendo, e o que se percebe, hoje, é o amadurecimento de uma matriz de produção que cada vez consegue produzir mais mercadorias e serviços incorporando relativamente menos trabalho humano.

As autoridades econômicas dos países ricos mostram enorme esperança no sentido de que nada tenha realmente mudado, e sustentam que, mexendo na taxa de juros e financiando cursos de requalificação para os trabalhadores, os níveis de emprego voltarão, quase naturalmente, aos dos melhores anos do pós-guerra europeu.

É importante lembrar a política de redução da jornada de trabalho que se implantou na França, sob o comando do primeiro-ministro Lionel Jospin. Mais relevante ainda é o fato de que o único país praticamente incólume à crise de emprego são os EUA. O Japão tem uma taxa de desemprego baixa (3,6%), porém com tendência ao crescimento. Os países ricos, pelo fato de serem ricos, devem adotar posturas conservadoras e torcer para que funcionem. Nos países pobres, contudo, o mesmo raciocínio não se aplica, a não ser por uma questão de colonialismo cultural, econômico ou militar.

Numa perspectiva crítica, a situação atual está prevista desde a

controversa constatação marxista de que a taxa de lucro pode crescer ao mesmo tempo em que se incorpora cada vez menos mais-valia às mercadorias. A longo prazo, logicamente, isto apenas intensificaria a crise estrutural do modo de produção capitalista.

Esta dimensão econômica, cuja evolução parece que só será compreendida empiricamente, acarreta implicações sociais imediatas e importantes. A tecnologia socialmente apropriada expulsa mão-de-obra, porém não de forma linear: a mão-de-obra pouco qualificada tem menos condições de manter o emprego frente à complexidade crescente dos procedimentos de produção. Assim, de um lado, vamos ter o trabalhador/consumidor de baixo nível cultural e pouco (ou nenhum) poder aquisitivo; de outro, o trabalhador/consumidor bem treinado e com gostos mais sofisticados, para o qual a base tecnológica oferece produtos adequados.

A ameaça de generalização desta divisão social debilita a ação do movimento sindical, já que qualquer reivindicação organizada fica limitada pelo "açoite da fome" e pelo crescente exército industrial de reserva. Na prática, os sindicatos reagem a esta perda de capacidade de mobilização procurando recompor seus quadros de diversas maneiras. Podemos mencionar, entre outras, políticas específicas dirigidas a grupos diferenciados, a exemplo de alguns sindicatos ingleses; ou políticas defensivas e corporativas, no caso de sindicatos que atuam em setores privilegiados pelo modelo (a indústria automomo-

bilística no Brasil talvez pudesse se enquadrar neste caso).

Com referência à dimensão social (sociológica), observa-se o recuo dos movimentos organizados, associado ao desmantelamento da experiência do socialismo real, deixando o modo de produção capitalista como senhor absoluto, em nível global.

Discute-se e sugere-se, também, a passagem de uma forma de dominação fundamentada na repressão para outra calcada na exclusão social. A idéia é simples: não seria mais preciso reprimir fisicamente a classe subalterna porque amplos setores dela se tornaram supérfluos ao funcionamento do sistema tanto como produtores, quanto como consumidores. Abre-se, assim, uma outra forma de interpretar o contemporâneo, distinta tanto da tradição crítica como da liberal. Parece confusa, neste momento, a maneira pela qual esta definição de como amplos setores da população enquanto supérfluos ou excluídos poderiam se estabilizar socialmente a médio prazo. Uma alternativa seria a perenização de uma situação semi-caótica, uma espécie de guerra civil "fria", com altos índices de criminalidade e a presença de máfias impossíveis de controlar institucionalmente.

Autores de prestígio, como por exemplo Habermas, não consideram este um cenário provável, já que os mecanismos regulares de consulta popular e de opinião pública não permitiriam a sua estabilização. É impossível, ainda, não fazer referência a Fukuyama e sua concepção do "fim da história", a

perspectiva conservadora por excelência.

O terceiro nível de discussão aqui proposto diz respeito à dimensão subjetiva (ideológica). Os jovens de hoje são particularmente distintos daqueles da década de 60, existindo "pouco espaço" para revoluções e militância, no sentido convencional. Porém tampouco pode se dizer que eles sejam acomodados ou insensíveis com relação às injustiças sociais e ao sofrimento humano. Da mesma forma, as manifestações divergentes, muito mal tratadas pela mídia, como os punks, as gangues juvenis, as milícias autonomistas atuantes nos EUA, ou os gritos de uma extrema direita xenófoba européia, mostram segmentos da classe trabalhadora efetivamente ameaçados pela atual globalização da economia, que se manifestam de uma forma política confusa, ou até equivocada, mas sempre desesperada.

Tudo isto significa dizer que o desinteresse e a frustração com a política tradicional, a diminuição subjetiva da importância do trabalho na formação da personalidade e as manifestações de violência popular a que atualmente assistimos, ilustram um modelo econômico em crise e atores sociais que buscam, muitas vezes de forma contraditória, soluções e alternativas.

As Universidades Públicas Brasileiras

Já faz muito tempo que a ciência deixou de ser uma tarefa individual e acessível a qualquer estu-

dioso de talento. Ela se tornou um empreendimento caro e complexo, constituindo-se as instituições universitárias em elemento fundamental para a sua realização.

Como são estas universidades que devem produzir o conhecimento? Em poucas palavras, elas são, em sua grande maioria, públicas, subdivididas internamente numa infinidade de grupos distintos, são corporativas frente às ameaças externas e, evidentemente, muito menos autônomas do que elas mesmas acreditam ser.

Elas são públicas, basicamente, pelo fato de que a produção contemporânea de conhecimento requer enormes recursos humanos e técnicos, com um retorno de investimento de longuíssimo prazo. Esta é uma condição ainda mais crucial em países periféricos, onde as empresas não possuem poupança acumulada, cultura organizacional ou interesses geo-políticos para investir em ciência e tecnologia. Estamos então falando de instituições de pesquisa e docência jovens, que consomem uma quantidade importante de recursos em países com demandas sociais cuja urgência não cabe aqui repetir. Em contrapartida, recaem sobre tais instituições responsabilidades que vão além de suas próprias possibilidades, seja em função das precárias condições de trabalho, seja pelos enormes problemas sociais presentes, ou ainda em função do atraso científico e tecnológico geral do meio em que atuam quando comparadas com os países centrais.

Quem observa estas universidades percebe uma infinidade de

grupos distintos que se articulam internamente conforme as diferentes conjunturas, os interesses em jogo, convergências ideológicas e afinidades pessoais. Isto não é uma exclusividade das universidades. As organizações em geral não podem ser vistas como se fossem coletivos. A ação organizacional é, essencialmente, resultante do confronto entre os seus componentes, articulados politicamente em torno de uma avaliação da situação.

O que é exclusivo da universidade não é a luta interna, mas a maior transparência e visibilidade com que o processo se desenvolve, em função das consultas censitárias e da atuação dos órgãos colegiados. As grandes corporações multinacionais, por exemplo, não possuem um ambiente interno necessariamente menos politizado. Porém, como as tomadas de decisão são menos transparentes, podem acabar passando uma falsa impressão de tecnicidade e objetividade.

Estas universidades, fortemente divididas, vão encontrar unidade na defesa de interesses corporativos e de valores fundamentais quando, em situações-limite, questões como salário, autonomia acadêmica ou a democracia nacional encontram-se sob ameaça.

Finalmente, são instituições que se pretendem autônomas. Possuem autonomia científica, administrativa e, como é o caso das universidades públicas dos Estado de São Paulo, autonomia de gestão financeira. A autonomia de que hoje a universidade desfruta é resultado de uma longa luta, que surge com sua fundação há oitocentos anos e

que redobra de intensidade no começo deste século. A autonomia assim construída é coerente com a concepção de ciência vigente durante a luta, isto é, com a produção científica fruto do talento e esforço do pesquisador, geralmente individual, dependente de poucos recursos técnicos.

A produção científica de hoje, pelo contrário, demanda altíssimos investimentos. A autonomia universitária historicamente construída esbarra, portanto, nas agências de financiamento, sem as quais não se faz pesquisa, e que em geral financiam trabalhos coerentes com uma pauta que estabelecem, sem um debate mais aprofundado com a comunidade científica e a sociedade.

Com o atual processo de achatamento salarial, o acesso às bolsas de pesquisa tende a se tornar uma questão de sobrevivência pessoal do professor. Temos então um quadro em que a autonomia universitária foi consideravelmente esvaziada, estando o verdadeiro controle da produção científica nos gabinetes dos órgãos nacionais e internacionais de financiamento da investigação, longe dos muros da universidade e "imunes" às consultas censitárias e à discussão entre representantes eleitos nos órgãos colegiados - instâncias estas que significaram tantos anos de luta dos setores progressistas dos docentes. E convém destacar que esta não é uma realidade exclusiva nossa: está devidamente globalizada.

As propostas de escalonamento salarial em função de critérios de produtividade, quantitativos e determinados externamente, atuam

no mesmo sentido de limitar a autonomia das universidades, com o agravante de levar à generalização de um jogo de "faz de conta" onde o coletivo, premido pelas necessidades econômicas pessoais e familiares, necessita revestir a aparência de sua atuação de forma a obter a maior performance possível nas avaliações "objetivas", já que não se trata simplesmente de produzir, mas de refletir isso nos moldes dos relatórios existentes.

A avaliação das universidades possui inegável dimensão positiva: é justa na medida em que a sociedade, que financia o seu funcionamento, tem o direito de saber a qualidade do trabalho que ali é desenvolvido. Além disso, poderia ser um instrumento valioso para redefinir sua ação no futuro. Atualmente, contudo, é duvidoso que tais dimensões estejam presentes. A avaliação não pode ser confundida com gerenciamento. Muitas ações do Ministério da Educação (MEC) e das demais agências de financiamento parecem objetivar, antes, a imposição de modelos e práticas de gestão específicas do que a avaliação propriamente dita. Ou seja, trata-se antes de obrigar o avaliado a adotar determinados comportamentos, ao invés de proceder à montagem de um instrumento confiável de avaliação que obtenha legitimidade no tempo.

É um mau caminho, já que cria tensões desnecessárias e incentiva a adoção de posturas instrumentalizadas no sentido de mostrar um bom desempenho, apenas em nível formal. Se, ao contrário, as avaliações conquistassem o respeito dos

avaliados em função de sua seriedade e justiça, o processo de ajuste interno das organizações seria menos traumático, muito mais profundo e duradouro. Isto significa dizer que, antes de querer "consertar" o sistema educacional através da avaliação, deveria se constituir um instrumento de avaliação de qualidade e confiável. Isto leva, obviamente, algum tempo, o que se choca frontalmente com uma cultura como a nossa, que sempre espera resultados imediatos.

Tempos de Globalização

O conceito de globalização, em termos bem gerais, se refere a uma intensificação das trocas comerciais mundiais a partir de um novo patamar tecnológico que possibilitaria enorme facilidade nas comunicações e processamento de informações, assim como a diversificação dos produtos e serviços oferecidos. Como decorrência imediata teríamos o barateamento das mercadorias e, também, o desemprego estrutural.

Em primeiro lugar é preciso destacar que neste tipo de análise, acima de tudo, encontra-se a tecnologia como fator determinante. Da perspectiva crítica, esta é uma questão resolvida há tempo e em termos bem diferentes: a tecnologia não transforma as relações sociais, assim como não existe tecnologia apropriada que não esteja de acordo com a ideologia hegemônica. Ou seja, desta perspectiva o sistema capitalista e a base tecnológi-

ca estão de acordo e em sintonia e, portanto, não há nada de novo no front. Claro que não se trata aqui de uma visão monolítica da realidade: existem contradições e, igualmente, as condições necessárias para a sua superação. Porém, as formas tecnológicas que se generalizam atuam no sentido de manter as condições do modo de produção vigente, e só são potencialmente revolucionárias a partir da sua reconversão na perspectiva dos interesses da classe subalterna.

Outra possibilidade de análise, agora de uma perspectiva não crítica (para evitar usar a expressão conservadora), reifica a tecnologia e defende que, a partir das novas invenções, estaríamos num modo de organização social diferente, que exigiria as reformas do Estado e da relação capital/trabalho.

Independentemente da evolução deste debate, que em grande medida oscila entre o ideológico e o emocional, a verdade é que grandes mudanças, além das simples inova-

ção tecnológica, têm acontecido no cotidiano das sociedades industrializadas.

Recentemente observamos a ocorrência de um fato relevante, verdadeiro divisor de águas, qual seja, a falência da experiência do socialismo real. Neste momento não faz diferença se a URSS era o inferno, o paraíso, ou qualquer outra coisa. A questão é que a sua existência e as ramificações espalhadas pelo mundo constituíam uma ameaça verdadeira e importante à expansão internacional do capitalismo, um freio que deveria ser levado em consideração antes de qualquer decisão política. A inexistência deste limite facilitou a expansão econômica e tecnológica característica da globalização e, mais do que isso, desarticulou as



formas de resistência duramente aprendidas no transcorrer das lutas populares.

Convém destacar, ainda, este heterogêneo e confuso conjunto de pensadores classificados de pós-modernos, pois apresentam cenários do contemporâneo instigantes e repletos de percepções originais. Podemos citar, por exemplo, a denúncia do surgimento de uma forma de poder institucionalizada despótica, anônima e inatingível; a despolitização convencional do jovem em função da desconfiança pela manipulação dos meta-rela-

tos, o surgimento de uma cultura do espetáculo, a desterritorialização, a intranscendentalidade dos valores, ou ainda a sensação de caos.

Na verdade, é no campo da cultura que se percebem os sinais mais originais. A natureza das relações interpessoais, a própria individualidade, as manifestações artísticas e a cultura massificada (muitas vezes de forma contraditória) pelos meios de comunicação, a dimensão ampla do lazer incorporando o papel crescente e pouco controlado das grandes competições esportivas mundiais etc., constituem um cenário surpreendente que se renova constantemente. É o espaço onde podem ser vistas com maior nitidez as transformações da sociedade.

As Alianças Possíveis

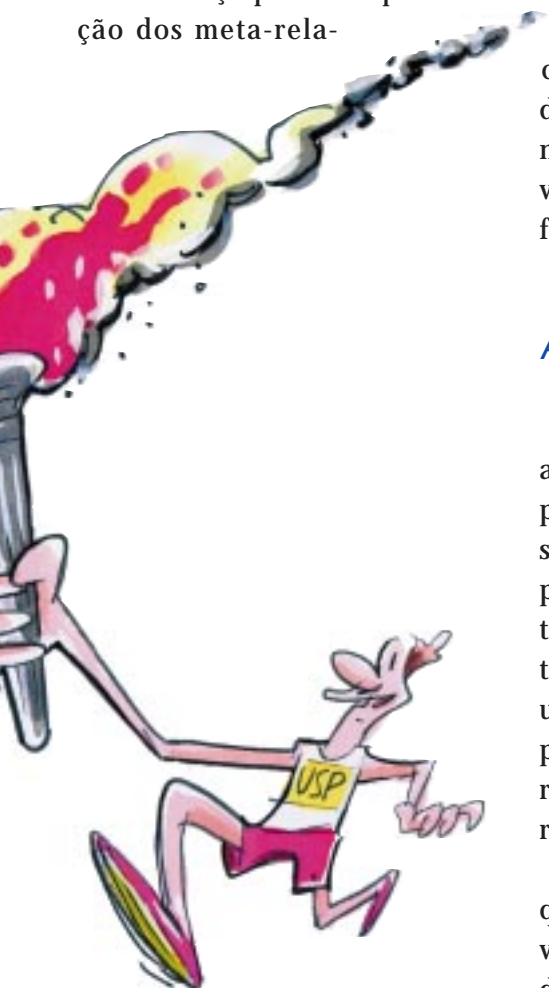
Sempre que vão ser avaliadas alternativas de ação conjuntas é preciso estar alerta para não passar de uma contribuição ao debate para o receituário autocrático e tecnicista. A intenção aqui, portanto, é apenas a de participar de uma discussão cujos contornos dependem do movimento das diferentes forças sociais atuantes na realidade concreta.

Uma política de colaboração que envolva trabalhadores e universidades pode ser resumida em definir os aliados, os objetivos e os meios para atingi-los. É mais simples começar pelos objetivos. Num expressão, eles poderiam ser resumidos, como diria Habermas,

no sentido de tentar preservar as intenções do marxismo ocidental. Isto significa lutar por uma sociedade mais justa e igualitária, em que o homem possa desenvolver todas as suas potencialidades num ambiente livre de formas de dominação, opressão e exploração.

A conjuntura atual e a história recente nos levam à busca de novos caminhos para a luta política, que possam ser somados aos tradicionais. Não parece ser o caso de pensar que os sindicatos e os partidos ligados ao movimento popular não tenham mais importância, porém perceber que o seu potencial de transformação social diminuiu frente à globalização e às mudanças culturais contemporâneas — como, aliás, também parece ter diminuído a importância dos partidos políticos em geral, até mesmo dos conservadores.

A questão então é procurar resgatar e recuperar estes espaços de luta política, em interação com outros espaços novos que surgem. Pensamos aqui nas manifestações denominadas Economia Popular e Solidária, Economia Social ou Autogestão. Não existe, ainda, uma fronteira clara entre estas diferentes experiências. Porém, podem ser assim definidas: as práticas de Economia Popular e Solidária possuem uma natureza caracterizada, de forma bem geral, como mais assistencialista onde as dimensões de auto-organização e auxílio mútuo objetivam, num primeiro momento, melhorar as condições de miserabilidade que assolam amplos setores da população. As experiências de Economia Social e Auto-



gestão, por seu turno, fazem referência a práticas de empresas autogestionárias, ou cooperativas de trabalho, que concorrem diretamente e em igualdade de condições com as outras empresas no mercado. Aqui também são utilizadas denominações como terceiro setor e semi-público.

Trata-se de um conjunto diversificado, muitas vezes incipiente, e que avança enfrentando dificuldades. Por outro lado, cresce significativamente, não só no Brasil como nos países industrializados em geral. Estas experiências têm em comum uma postura crítica frente aos valores hegemônicos e a busca de alternativas de sobrevivência e de sucesso econômico através da associação de pessoas em condições justas e igualitárias. A avaliação de cada caso individual, contudo, precisa ser feita com atenção, já que o mesmo nome e legislação que permite avançar na busca de formas organizacionais alternativas também pode vir a ser usado para sucatear ainda mais as condições de trabalho e sonegar o pagamento de direitos sociais.

Considerações Finais

Apenas com a intenção de participar do debate sobre o possível na nossa realidade imediata, convém destacar que a função da universidade, enquanto instituição, não é a militância política, qualquer que seja a linha, mas a pesquisa, a docência e a extensão. Da mesma forma, a universidade, como ilustra o próprio nome, deve abarcar o maior leque possível de tendências, visões e áreas de conhecimento. Neste sentido, a nossa proposta visa a salientar alguns espaços para a pesquisa, a docência e a extensão no cenário contemporâneo, coerentes com uma proposta de intervenção que privilegie o movimento popular e os setores menos assistidos da população.

Aqui, contudo, é necessário retomar a questão da atual autonomia universitária. Existe, é inegável, a possibilidade de financiamento de pesquisas pela iniciativa privada. Esta prática, porém, além de incipiente vem acompanhada, na maioria das vezes, de uma

agenda de temas a serem atendidos. Ou seja, seria ingenuidade esperar que o financiamento de pesquisas que enfocam assuntos de interesse popular venha da iniciativa privada. Resta, assim, o financiamento público. Mas se vier a se confirmar no tempo a tendência gerencial das avaliações e as práticas pouco transparentes e participativas na distribuição das verbas, ou estas pesquisas não terão nenhum financiamento ou dependerão eternamente de caprichos momentâneos de pareceristas desconhecidos, o que obviamente dificulta qualquer ação articulada e de longo prazo.

Isto significa dizer que, ao que tudo indica, a sobrevivência de uma política de investigação das universidades, elaborada em condições de liberdade, participação e ampla o suficiente para contemplar também os interesses de vários segmentos dos setores populares depende, previamente, de uma discussão sobre a questão da autonomia universitária, nas condições contemporâneas de produção de ciência e conhecimento. RA

Bibliografia

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre a Metamorfose e Centralidade do Mundo do Trabalho*. Campinas, S.P., Cortez, 1995.
- _____. (org.). *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos*. São Paulo, Boitempo, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- BRUNO, Lúcia (org.). *Educação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo*. São Paulo, Atlas, 1996.
- CATANI, Afrânio Mendes. (org.). *Novas Perspectivas nas Políticas de Educação Superior na América Latina no Limiar do Século XXI*. Campinas, S.P., Autores Associados, 1998.
- DIAS SOBRINHO, José. "Avaliação Quantitativa, Avaliação Qualitativa: Interações e Ênfases". In: SGUISSARDI, V. *Avaliação Universitária em Questão: Reformas do Estado e da Educação Superior*. Campinas, S.P., Autores Associados, 1997.
- DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octávio e RESENDE, Paulo-Edgar A. (orgs.). *Desafios da Globalização*. Petrópolis, Vozes, 1997.
- GUTIERREZ, Gustavo Luis e CATANI, Afrânio Mendes. "Universidades Públicas do Estado de São Paulo (Brasil): a Autonomia Financeira e a Greve de 1994". In: *Revista Portuguesa de Educação*. Braga, Portugal, Universidade do Minho, 1995, 8 (2):221-7
- HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la Acción Comunicativa*. Espanha, Taurus, 1987.
- _____. *Passado como Futuro*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1993.
- JAMESON, Frederic. "Pós-Modernidade e Sociedade de Consumo". In: *Novos Estudos CEBRAP*. 12 (1985).
- _____. *As Marcas do Visível*. Rio de Janeiro, Graal, 1995.
- LYOTARD, Jean-François. *O Pós-Moderno*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1986.
- MATTOSO, Jorge. *A Desordem do Trabalho*. São Paulo, Página Aberta, 1995.
- OFFE, Claus. *Trabalho e Sociedade: Problemas Estruturais e Perspectivas para a Sociedade do Trabalho*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.
- SINGER, Paul. *Globalização e Desemprego: Diagnóstico e Alternativas*. São Paulo, Contexto, 1998.